

Relatório



Pesquisa:
Diagnóstico de Acessibilidade
Zonas Eleitorais 2020



ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO E DE ELEIÇÕES

Autoria:

Gabriela Aparecida Fabre Augusto

Revisão:

Regina Rufino

Lívia Helena Zancope Cardoso Guisellini

Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo
Assessoria de Planejamento Estratégico e de Eleições
Email: asspe@tre-sp.jus.br

São Paulo, setembro/2020

SUMÁRIO

Apresentação	4
Zonas Eleitorais em que há Servidores com Deficiência	5
Dimensão Gestão da Acessibilidade	6
Dimensão Acessibilidade Comunicacional	9
Dimensão Acessibilidade em Serviços	11
Dimensão Acessibilidade Arquitetônica e Urbanística.....	16
Análise dos Dados	22
Considerações Finais	26

APRESENTAÇÃO

Trata-se de pesquisa realizada junto aos Cartórios Eleitorais do Estado de São Paulo no período **de 8 a 30 de junho do presente ano**, visando realizar o Diagnóstico de Acessibilidade e identificar a situação em que se encontram as Zonas Eleitorais quanto aos requisitos de acessibilidade requeridos pela legislação vigente, em especial no que tange às barreiras física, arquitetônica, comunicacional e atitudinal, em conformidade ao disposto na Resolução CNJ nº 230/2016.

A iniciativa de realização do Diagnóstico de Acessibilidade se deu por meio da utilização do guia “Como Construir um Ambiente Acessível nas Organizações Públicas”, criado em 2015 pela Rede de Acessibilidade.

Destaca-se que o documento, em seu texto original, traz 05 (cinco) dimensões da acessibilidade, sendo elas:

1. Gestão da Acessibilidade
2. Acessibilidade Arquitetônica e Urbanística
3. Acessibilidade Comunicacional
4. Acessibilidade em Serviços
5. Acessibilidade Tecnológica

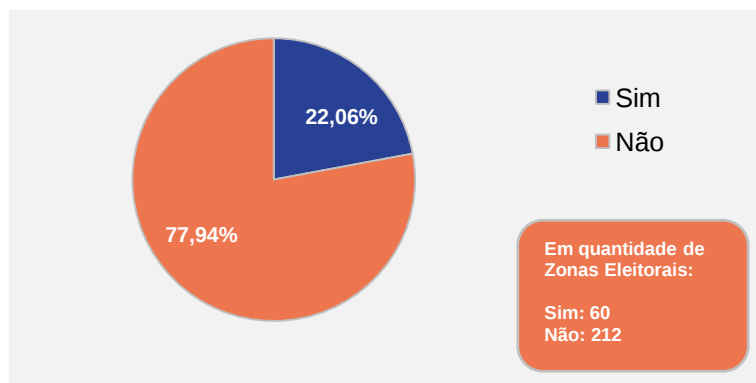
Contudo, tendo em vista que a pesquisa em comento é voltada especificamente aos Cartórios Eleitorais, foram consideradas as primeiras 04 (quatro) dimensões, excluindo-se, portanto, a dimensão da Acessibilidade Tecnológica.

Desse modo, a pesquisa realizada buscou apresentar diagnóstico junto às unidades cartorárias acerca das condições de acessibilidade. Após a análise e tratamento das respostas auferidas, passaremos agora à apresentação dos resultados obtidos.

Zonas Eleitorais em que há Servidores com Deficiência

A ZE tem ou já teve algum servidor/colaborador com deficiência?

(272 Zonas Eleitorais responderam)



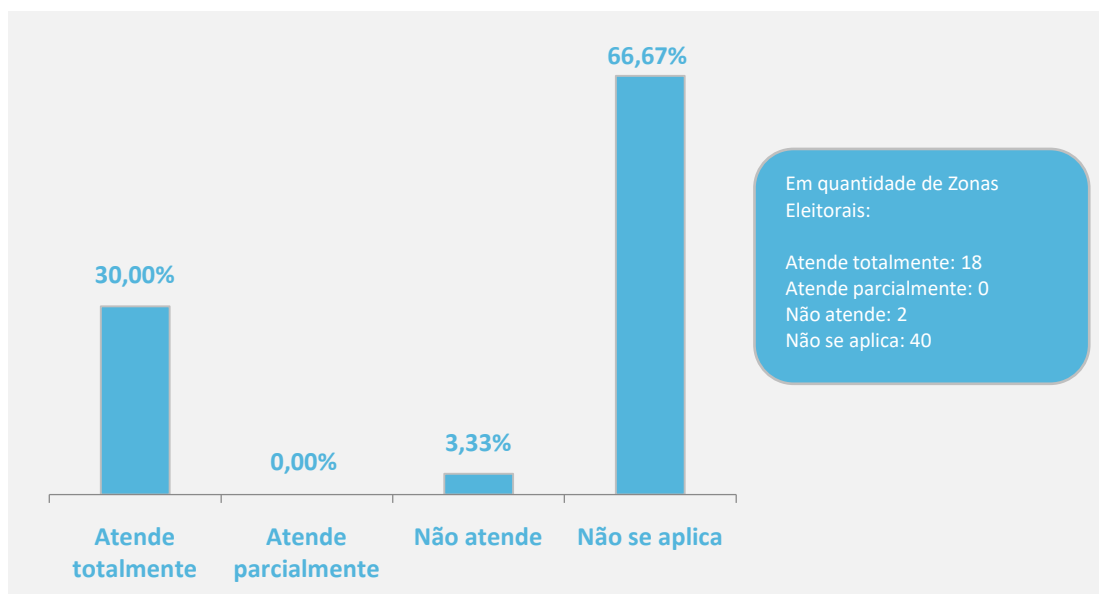
Nessa pergunta buscou-se identificar as Zonas Eleitorais que possuem ou que já possuíram, em algum momento, servidores e/ou colaboradores com algum tipo de deficiência.

Dimensão Gestão da Acessibilidade

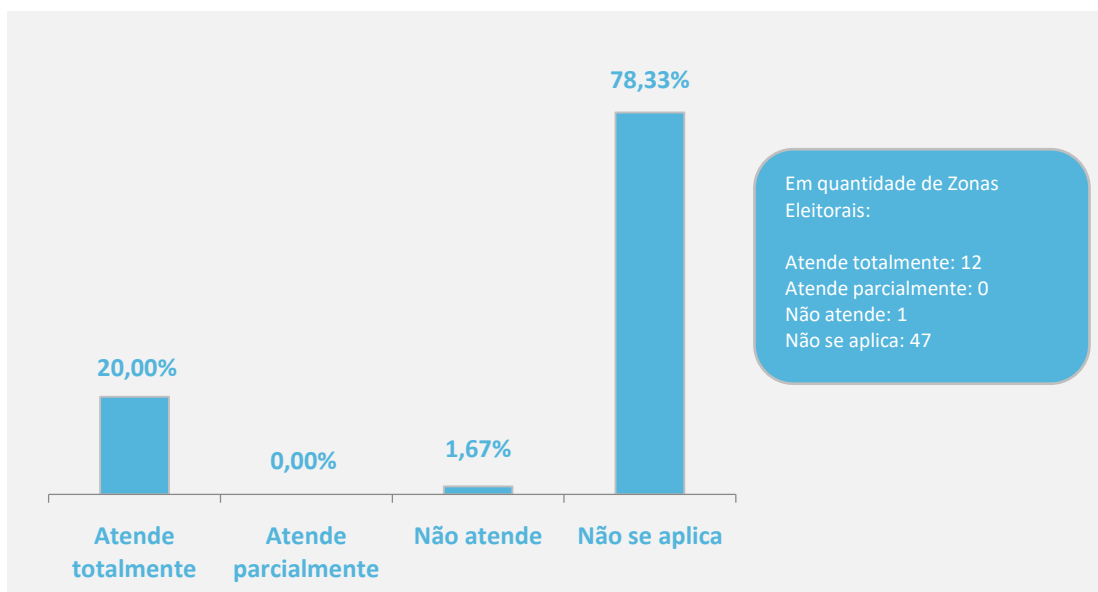
A ZE planeja as adaptações necessárias para o desenvolvimento do trabalho do servidor/colaborador com deficiência?



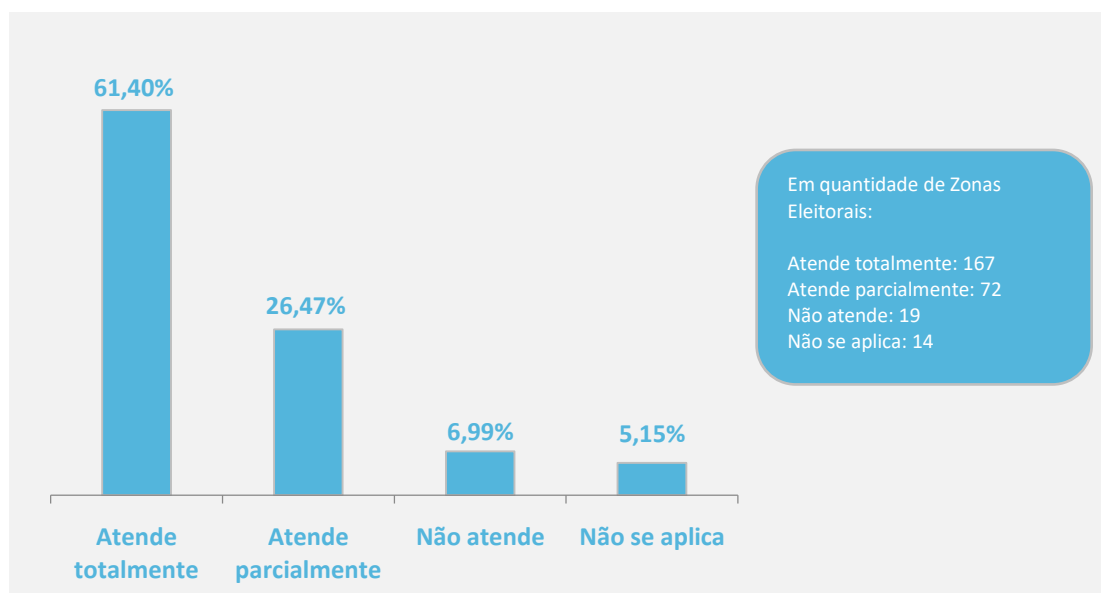
Os servidores/colaboradores com deficiência exercem horário especial, quando requerido, mesmo que possuam função de confiança ou cargo em comissão?



Os servidores/colaboradores com filhos e/ou dependentes legais com deficiência exercem horário especial, quando requerido, mesmo que possuam função de confiança ou cargo em comissão?

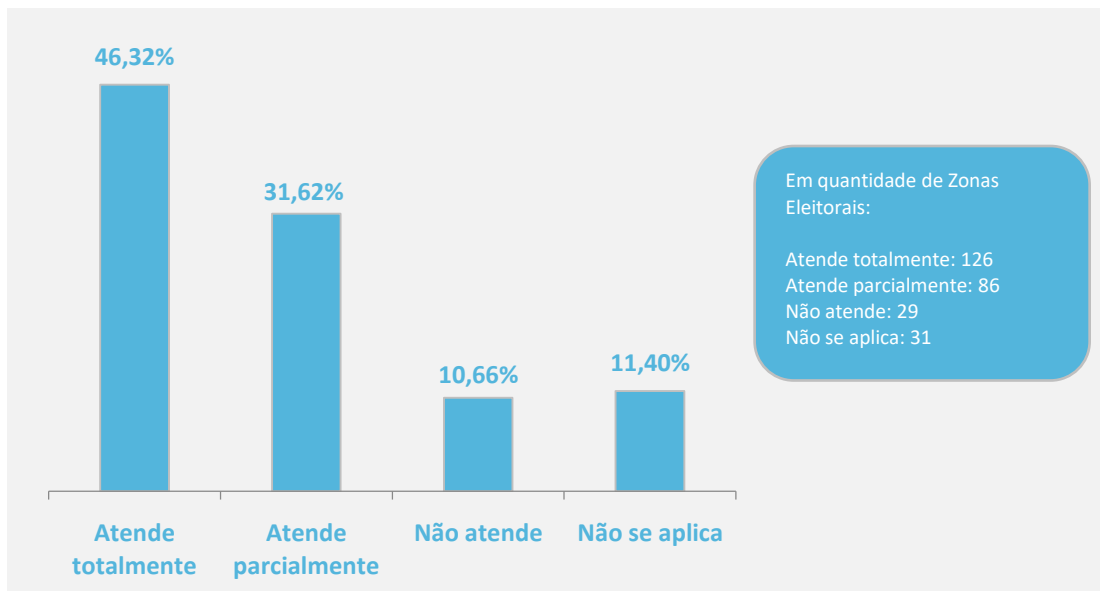


A ZE promove a divulgação regular dos serviços disponíveis para as pessoas com deficiência?



A ZE promove eventos e campanhas informativas e educativas dirigidas ao público interno, com a finalidade de informar, conscientizar e sensibilizar

quanto aos direitos, acessibilidade e inclusão social da pessoa com deficiência?



O gestor e os servidores/colaboradores da ZE são previamente informados sobre a chegada de colegas com deficiência?



Dimensão Acessibilidade Comunicacional

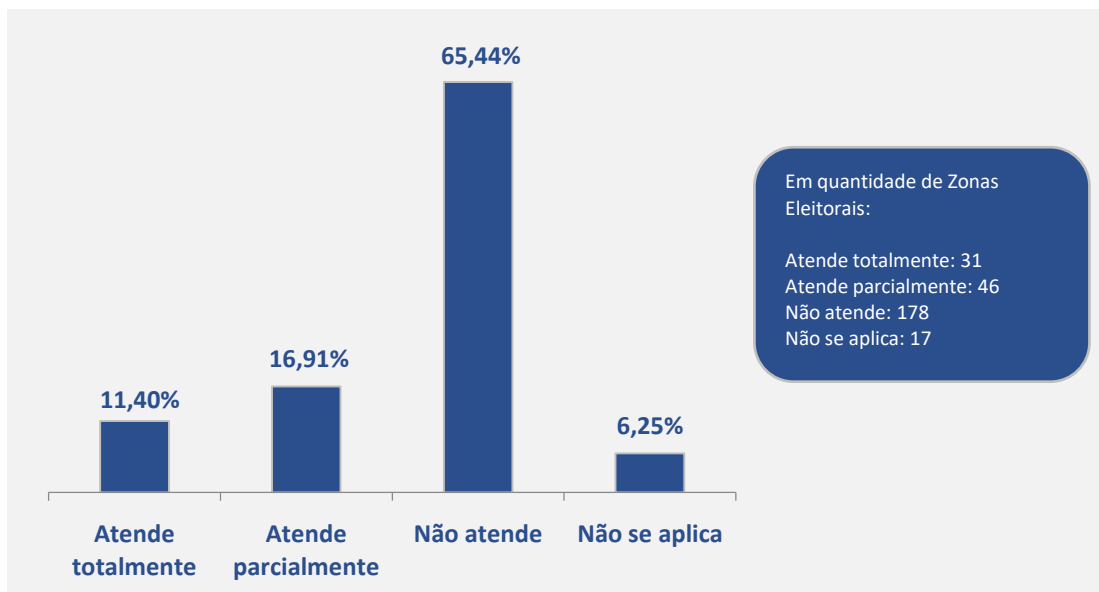
Nos eventos promovidos pela ZE são oferecidos serviços de interpretação em Libras para pessoas com deficiência auditiva?



Há sinalização tátil nas áreas de circulação?

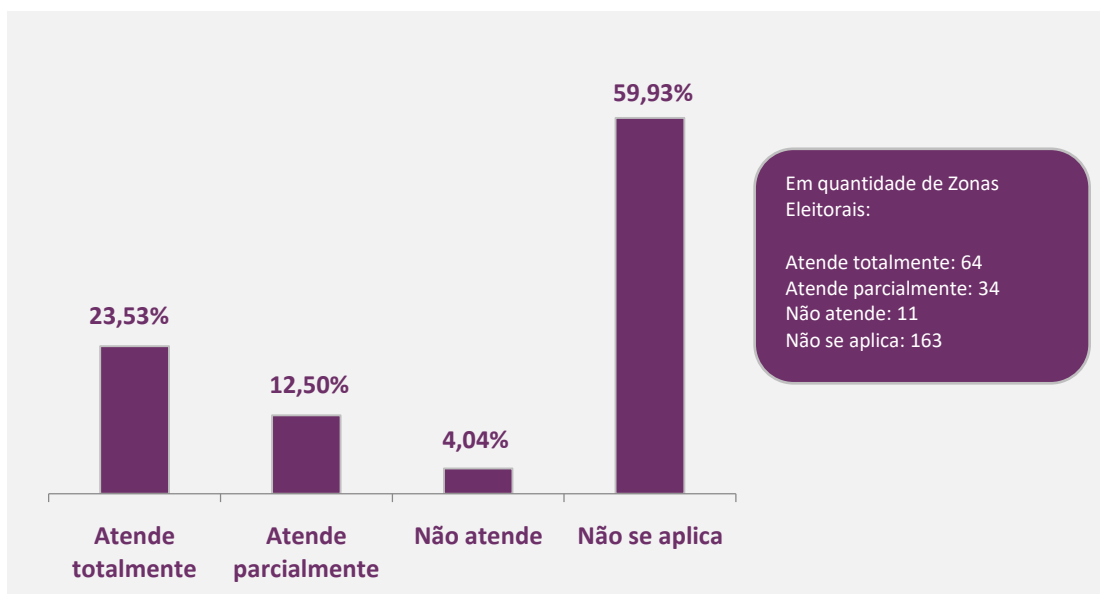


A ZE possui sinalização de emergência sonora e luminosa?



Dimensão Acessibilidade em Serviços

A ZE promove adaptações no ambiente de trabalho para atender às necessidades de servidores/colaboradores com deficiência/mobilidade reduzida?



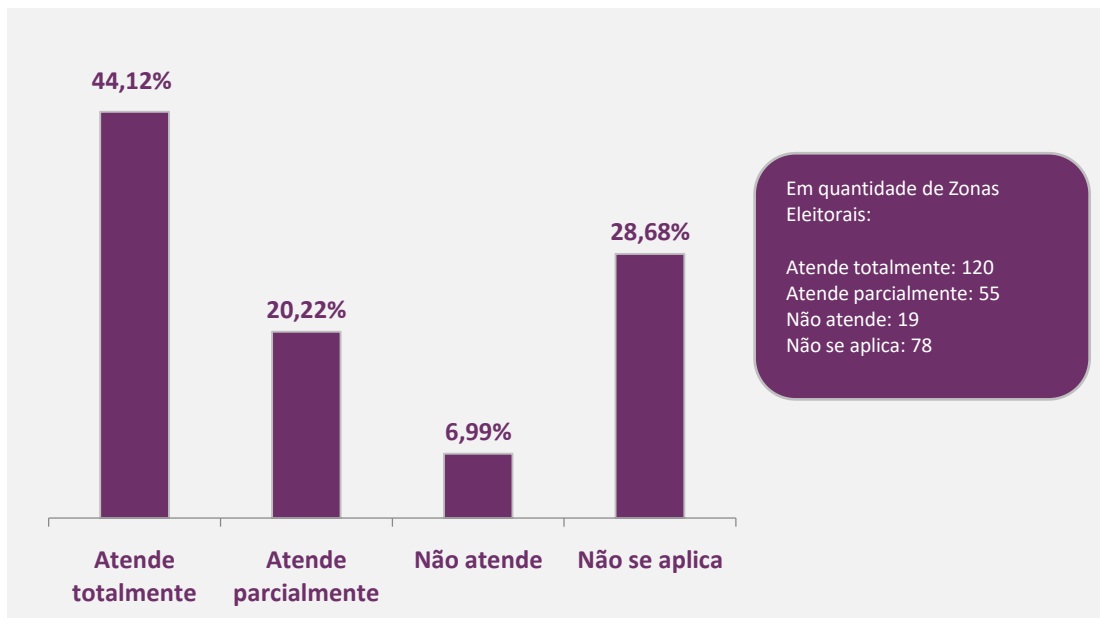
São realizadas avaliações periódicas dos servidores/colaboradores com deficiência?



São dadas oportunidades ao servidor com deficiência de exercer cargo em comissão ou função de confiança, em igualdade de condições com os demais servidores?



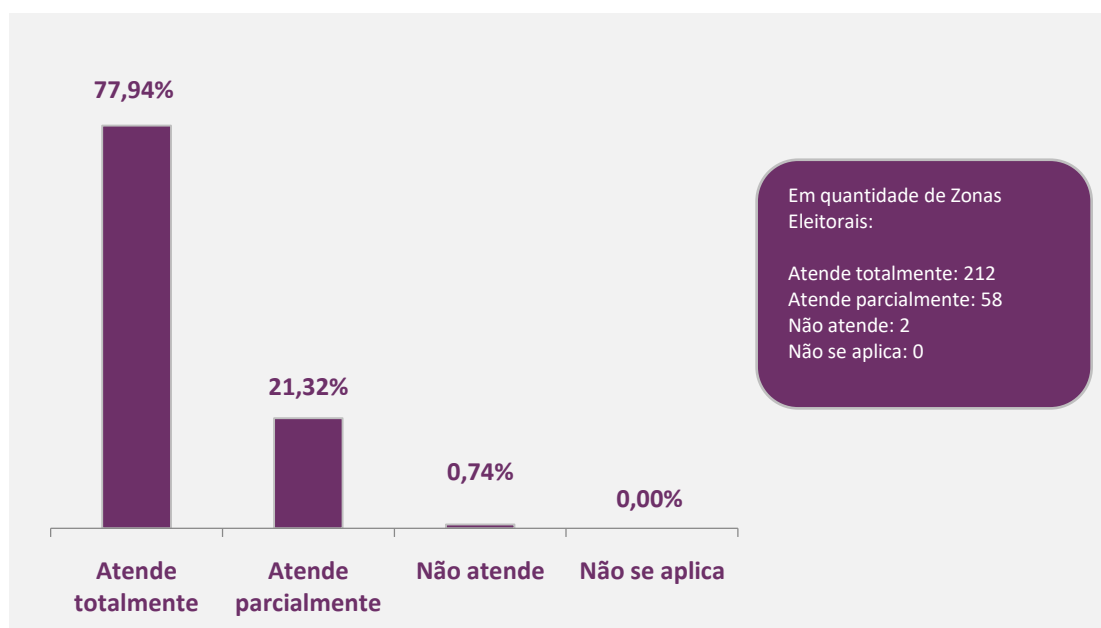
Os servidores/colaboradores são capacitados para receber colegas com deficiência?



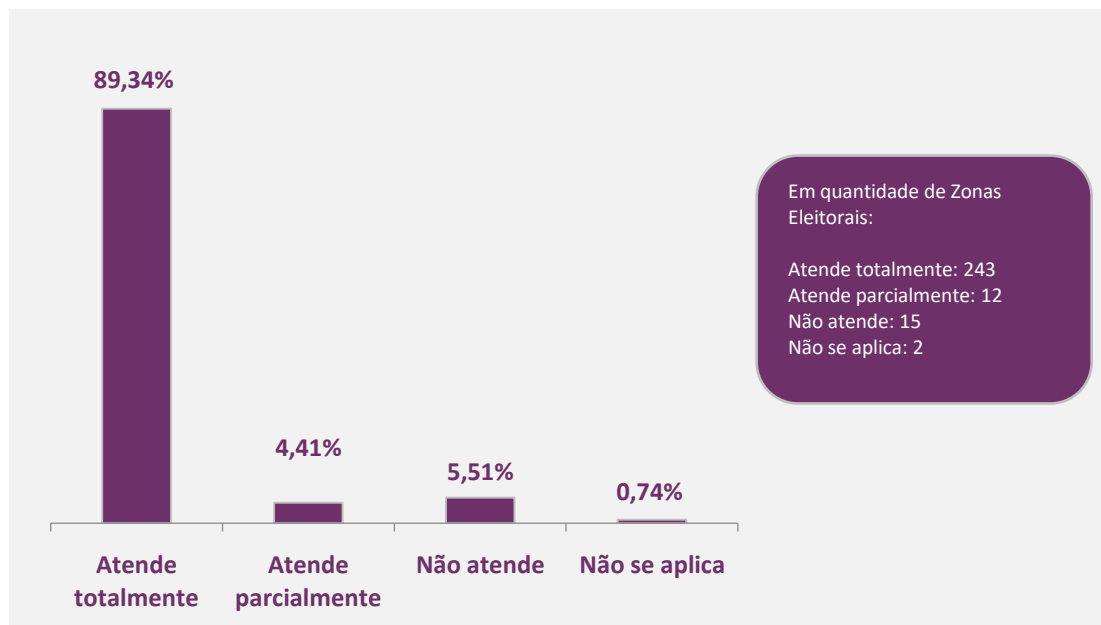
No atendimento ao público, é oferecido atendimento preferencial para as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida?



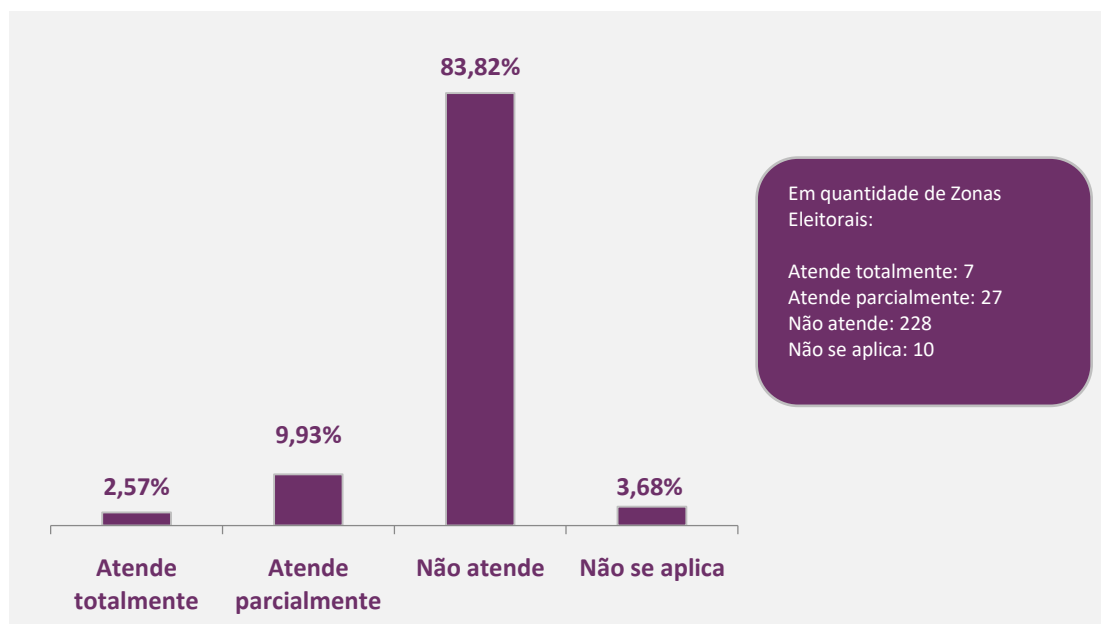
Os atendentes estão capacitados para prestar atendimento adequado às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida?



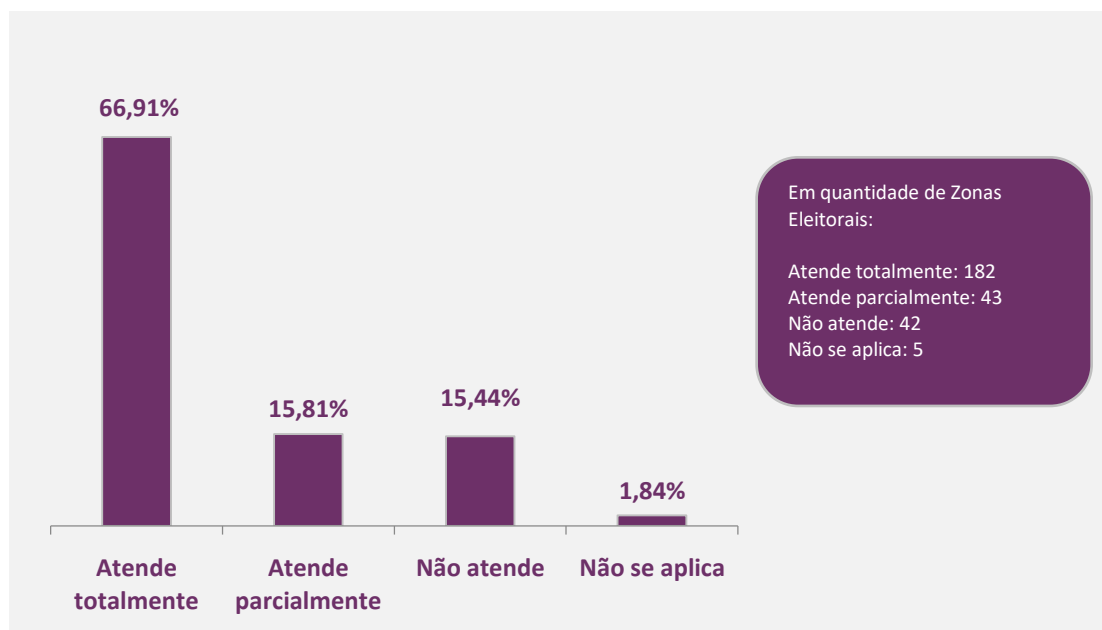
No atendimento ao público são oferecidos equipamentos (cadeiras de rodas, por exemplo) para facilitar o deslocamento de pessoas com mobilidade reduzida?



Há atendentes capacitados em Libras?

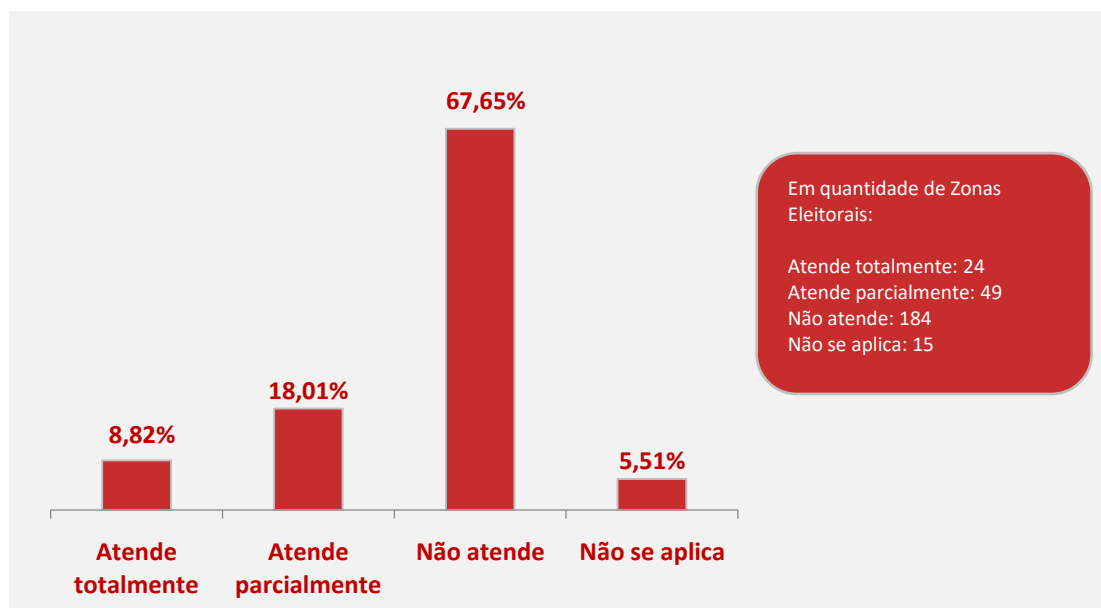


Há balcões de atendimento ao público rebaixados, com área de aproximação frontal, para cidadãos/eleitores em cadeiras de rodas?

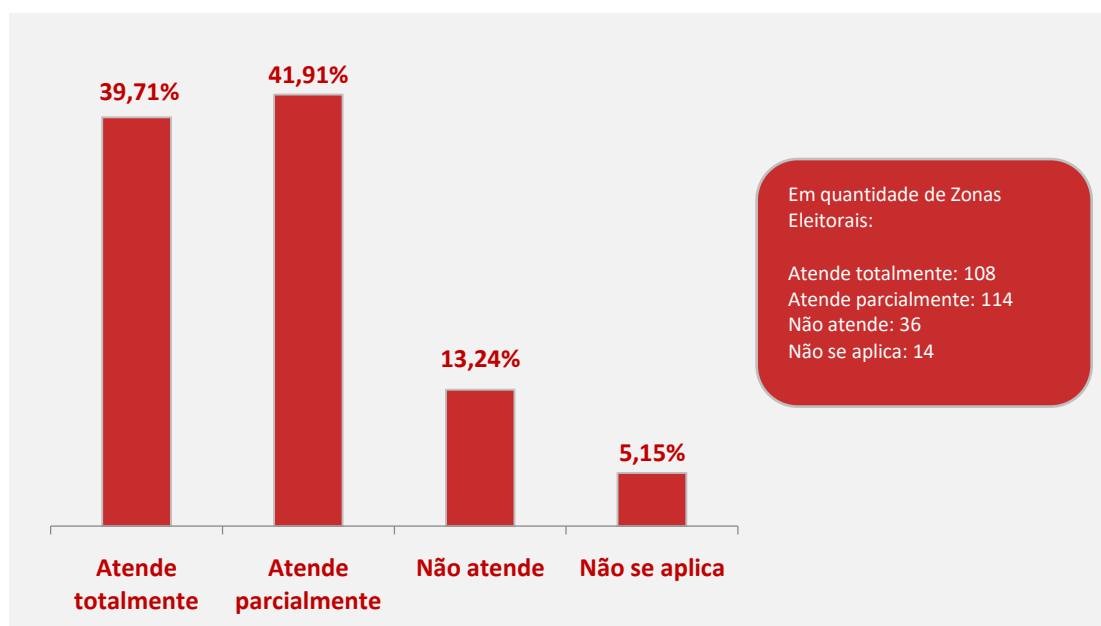


Dimensão Acessibilidade Arquitetônica e Urbanística

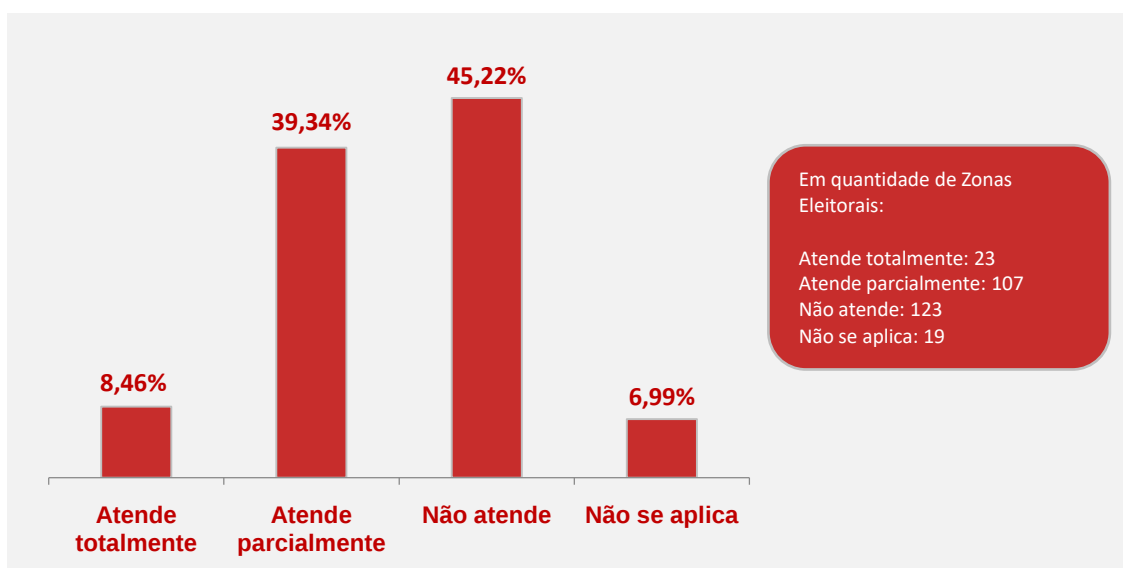
Os assentos para pessoas obesas possuem medidas de acordo com a norma vigente e suportam carga dentro dos limites estabelecidos?



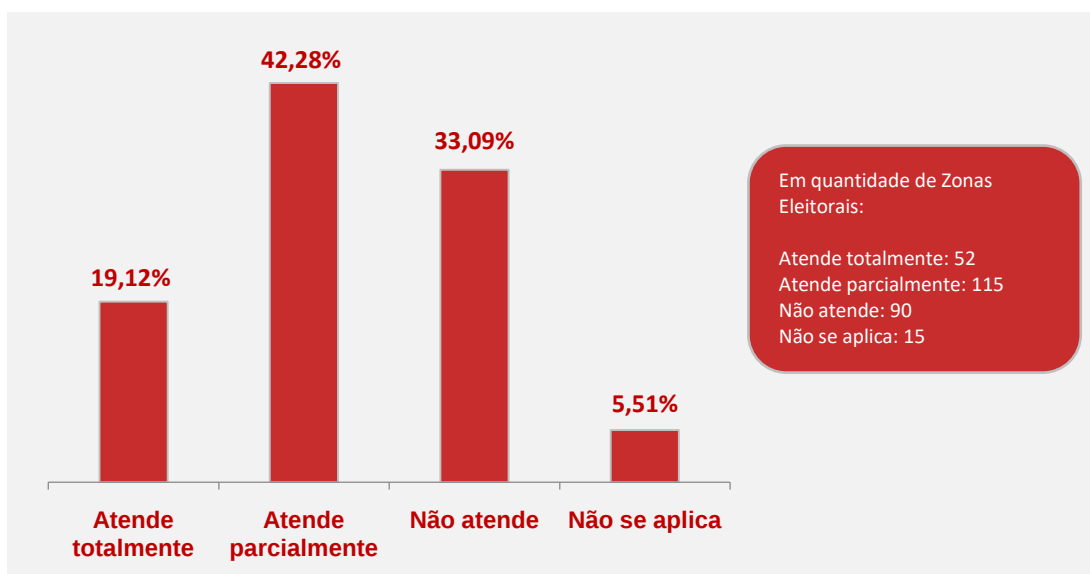
As informações e sinalizações são completas, precisas e claras?



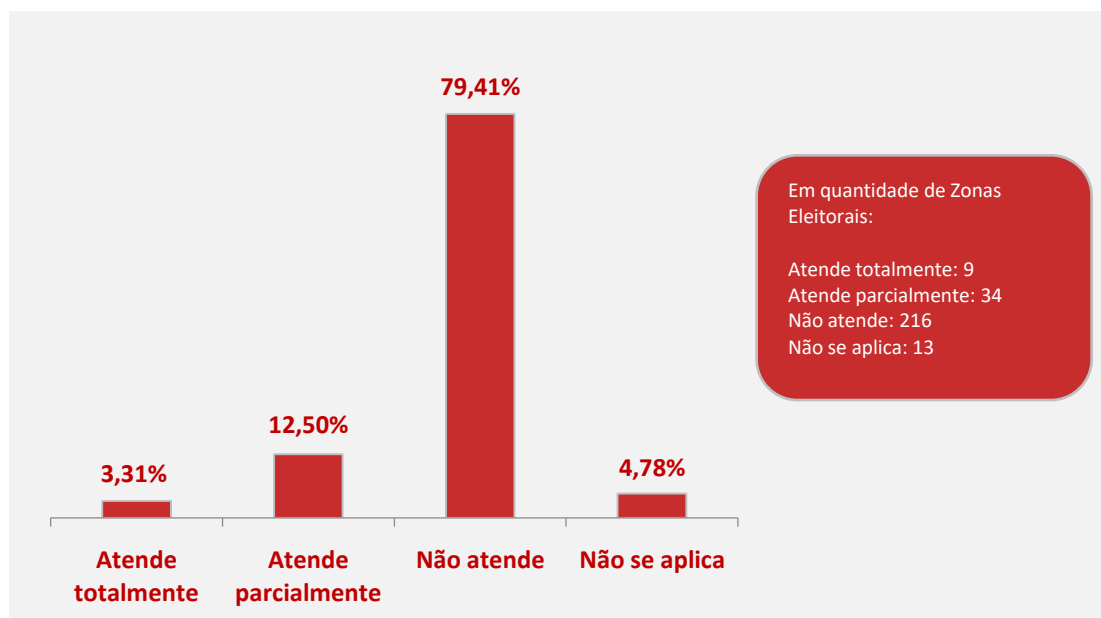
A sinalização de informações de sanitários, de acessos verticais e horizontais, de números de pavimentos e de rotas de fuga está disponível de forma acessível? Considerar, para essa pergunta, os conceitos a seguir. Sinalização horizontal: diz respeito a tudo que é feito diretamente no pavimento. Sinalização vertical: normalmente executada através de placas, lâminas e planos inclinados com aplicação de textos, figuras e dots do Braille. Caracteristicamente são sobrepostas em paredes, portas, mapas, equipamentos, totens, etc.



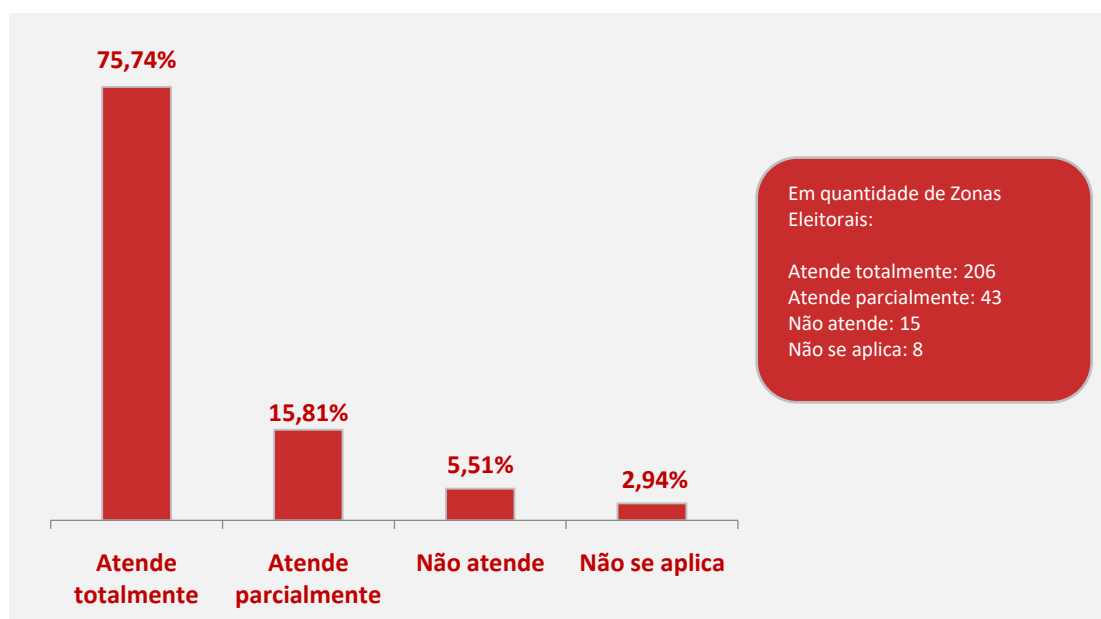
A sinalização está disposta em locais acessíveis para pessoa em cadeira de rodas, com deficiência visual, entre outros usuários, de tal forma que possa ser compreendida por todos?



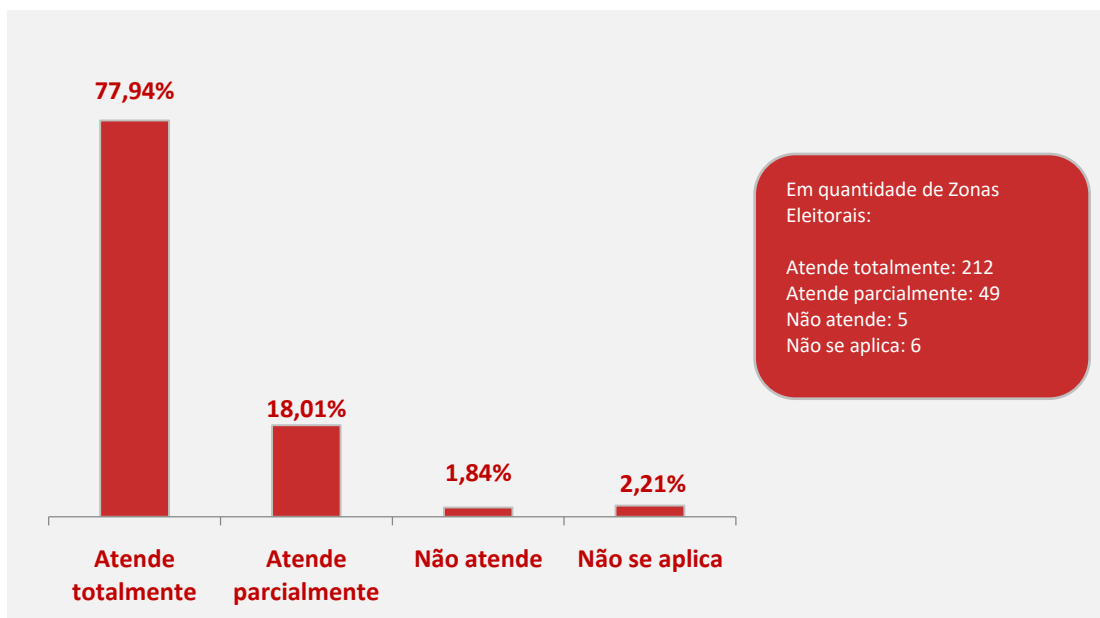
Existe sinalização tátil e visual no piso, de acordo com a norma vigente?



A sinalização de vaga reservada para veículo é realizada com o símbolo internacional de acesso ou a descrição de idoso, aplicado na vertical e na horizontal?



O percurso entre o estacionamento de veículos e a(s) entrada(s) principal(is) é uma rota acessível?



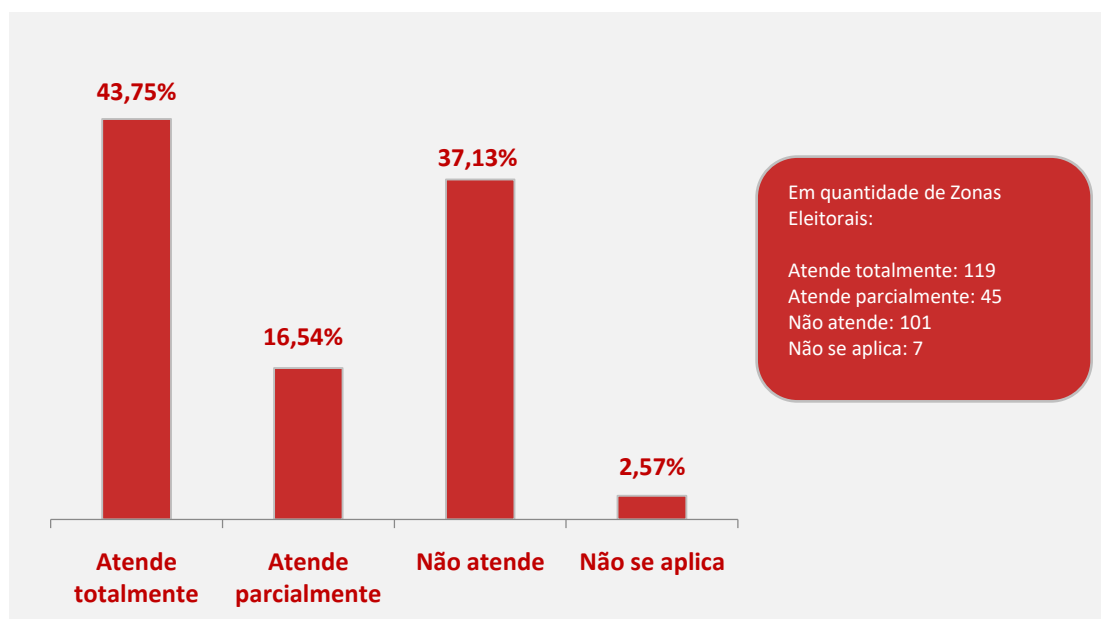
Capachos são evitados, mas, caso presentes, estão firmemente fixados ao piso, embutidos, sobrepostos ou nivelados conforme norma vigente?



As vagas para estacionamento de pessoas com deficiência têm sinalização vertical, espaço adicional de circulação vinculado à rota acessível, estão localizadas de forma a evitar a circulação de veículos, com piso regular e estável e percurso máximo entre as vagas e o acesso à edificação ou elevadores de acordo com a norma vigente?



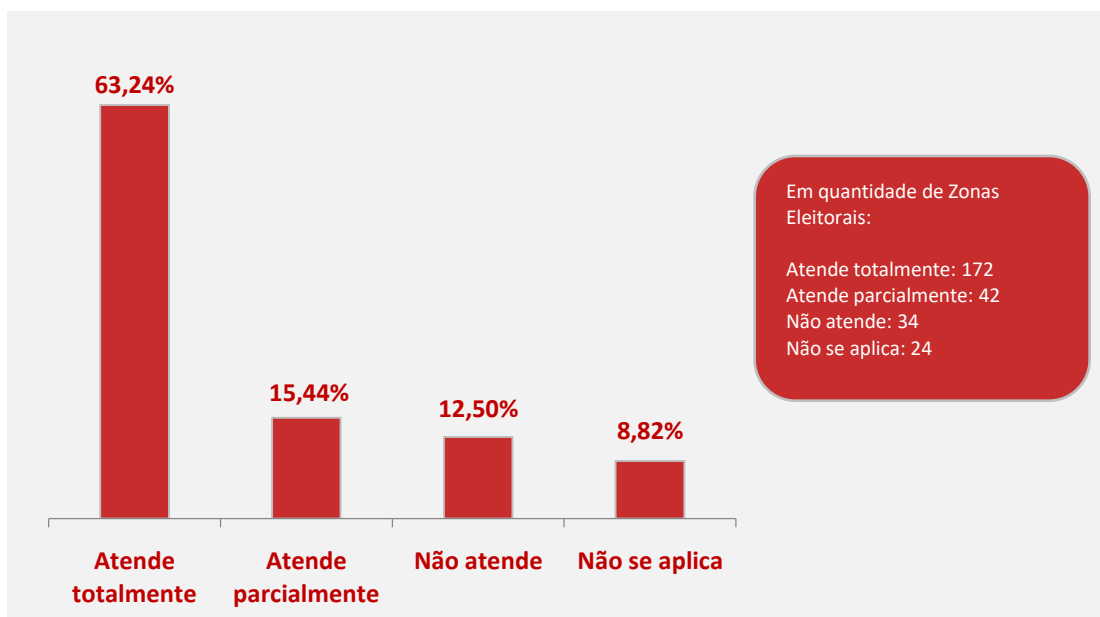
Existe no mínimo um sanitário ou banheiro acessível por andar, em espaços de uso público ou coletivo?



Bebedouros de garrafão e outros modelos estão localizados de forma a permitir aproximação lateral da P.C.D. e possuem altura acessível de acordo com a norma vigente?



Lixeiras e contentores para reciclados estão localizados fora das faixas livres de circulação, garantindo espaço para aproximação de pessoa em cadeira de rodas e altura que permita o alcance manual do maior número de pessoas?



ANÁLISE DOS DADOS

A partir dos resultados consolidados com a análise das respostas dadas na pesquisa “Diagnóstico de Acessibilidade Zonas Eleitorais 2020”, esta Assessoria de Planejamento Estratégico e de Eleições conseguiu traçar amplo panorama sobre o status de atendimento aos requisitos de acessibilidade e inclusão no âmbito dos Cartórios Eleitorais.

Insta salientar que os resultados aqui obtidos subsidiarão as discussões dos integrantes da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão e do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão, de forma a auxiliar na definição, bem como na implantação e implementação das futuras ações e projetos no que tange à gestão da acessibilidade e inclusão.

Inicialmente, a pesquisa perguntou a respeito da existência de servidores com deficiência no ambiente do cartório. A partir da análise, identificou-se que apenas 22,06% das Zonas Eleitorais possuem ou já possuíram servidores com deficiência, o equivalente a 60 zonas das 272 que responderam a pergunta.

Em uma segunda etapa, o questionário passou a contar com 30 perguntas, separadas entre as 4 dimensões da acessibilidade, nas quais as Zonas Eleitorais tinham que escolher entre os níveis de atendimento *Atende Totalmente*, *Atende Parcialmente*, *Não Atende* e *Não se Aplica*.

Na análise da Dimensão Gestão da Acessibilidade, uma das perguntas abrangeu o planejamento de adaptações pela zona para o desenvolvimento do trabalho dos servidores/colaboradores com deficiência, 51,67% responderam que “Atende Totalmente”, o equivalente a 31 zonas das 60 que responderam que possuem ou já possuíram servidor com deficiência.

Tais informações apontaram para esta Unidade Estratégica ações que podem ser tomadas para mitigar alguns pontos que foram levantados, como as campanhas e programas estarem centralizados no âmbito da Secretaria do

Tribunal; promoção de campanhas contínuas, em ano eleitoral e não eleitoral, ressaltando a importância da gestão da acessibilidade, tendo como objetivo maior a ampliação das ações de acessibilidade, a fim de que ocorram também em anos não eleitorais; revisão, com a unidade de negócio competente, sobre o procedimento de ciência ao chefe do Cartório Eleitoral sobre a chegada de colaboradores com deficiência.

A Dimensão Acessibilidade Comunicacional buscou identificar a situação das diferentes formas de comunicação acessíveis e inclusivas, que circundam tanto a chegada das pessoas com deficiência aos cartórios quanto a sua permanência e atendimento.

Em relação à sinalização tátil nas áreas de circulação, 75,0% das unidades cartorárias responderam “Não Atende” ao quesito. Quanto à sinalização de emergência sonora e luminosa, 65,44% responderam também “Não Atende”.

A partir dos dados recebidos, foram identificados pontos como dificuldade nas parcerias junto à municipalidade para a reforma e adequação dos imóveis, bem como as condições estruturais dos imóveis, que inviabilizam a adaptação do ambiente para a implementação dos diferentes tipos de sinalizações acessíveis. Nesse sentido, importante destacar que no guia da Rede de Acessibilidade, usado como referência para esta pesquisa, a sinalização de emergência sonora e luminosa é vista como prioridade para a organização nas ações relativas à acessibilidade comunicacional.

Ainda nessa dimensão, quanto à oferta de Libras para pessoas surdas ou com deficiência auditiva nos eventos realizados, 52,94% das Zonas Eleitorais responderam “Não atende”. Identificou-se certa dificuldade em encontrar pessoas com conhecimento em Libras em algumas localidades, bem como a não existência, ou quantitativo insuficiente, de servidores/colaboradores com tal conhecimento.

Do mesmo modo, identificou-se que, embora este Tribunal ofereça capacitação em Libras por meio de cursos e treinamentos em EAD, faz-se necessário o aprimoramento dessas medidas, verificando, portanto, que os servidores reconhecem a importância e a necessidade de se ter pessoal interno capacitado com esse recurso de acessibilidade.

Importa destacar, ainda, que algumas unidades cartorárias responderam que a oferta de Libras ocorre somente durante o evento eleição, isto é, fruto do Projeto Libras TRE-SP, que designa Apoio Logístico com conhecimento em Libras na localidade onde há colaboradores com tal conhecimento.

Já na Dimensão Acessibilidade em Serviços, buscou verificar se são consideradas as necessidades do público interno e externo na prestação dos serviços da instituição, bem como se são implementadas ações de adequação, visando à melhoria na prestação desses serviços.

Especificamente quanto às situações que envolvem atendimento ao público, questionou-se se os atendentes estão capacitados para prestar atendimento adequado às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, 77,94% responderam “Atende Totalmente”, o equivalente a 212 zonas das 272 que responderam a pergunta. Ainda, se há balcões de atendimento rebaixados para atendimento das pessoas que fazem uso de cadeira de rodas, 66,91% informaram que “Atende Totalmente”. Quanto ao oferecimento de atendimento preferencial às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, 99,26% responderam que “Atende Totalmente”. Isso aponta a conformidade dos atendimentos nos Cartórios Eleitorais com a Lei Brasileira de Inclusão – Lei nº 13.146/2015, art.9º, bem como com a Lei nº 10.048/2000, que dispõe sobre a prioridade de atendimento.

Ainda nesse mesmo sentido, perguntou-se se no atendimento ao público são oferecidos equipamentos (cadeiras de rodas, por exemplo) para facilitar o deslocamento de pessoas com mobilidade reduzida, 89,34% responderam como “Atende Totalmente”. Tal índice elevado se deve, entre outras razões, à ação realizada em 2018, que enviou cadeiras de rodas para os cartórios,

visando reduzir as barreiras arquitetônicas ainda existentes em alguns imóveis, bem como oportunizar melhorias no atendimento aos eleitores.

Houve também pergunta relacionada à existência de atendentes capacitados em Libras, 83,82%, isto é, 228 zonas responderam que “Não Atende” ao quesito.

Assim, coadunando-se com a questão que trata do mesmo assunto na Dimensão da Acessibilidade Comunicacional, identificou-se que a comunicação em Libras é tema que necessita ser mais bem aprimorado nas dependências da Justiça Eleitoral Paulista, seja por cursos em EAD seja por uso de aplicativos que, muitas vezes, são capazes de suprir essa lacuna.

Por fim, a Dimensão Acessibilidade Arquitetônica e Urbanística buscou tratar das condições dos espaços físicos dos cartórios.

Foram levantadas questões como assentos para pessoas obesas com as dimensões e capacidade requeridas em norma, em que 67,65% das zonas apontaram que “Não atende”.

Ainda, questionou-se se o percurso entre o estacionamento e a entrada principal possui rota acessível, situação da qual 77,94% responderam que “Atende Totalmente”. Nesse mesmo sentido, perguntou-se se a sinalização de vaga reservada para veículo possui o símbolo internacional de acesso ou a descrição de idoso, 75,74% responderam também que “Atende Totalmente”. Contudo, embora os índices de percurso acessível e sinalização sejam consideravelmente elevados, ainda há situações em que as calçadas são irregularidades, dificultando assim o acesso.

A não conformidade com os requisitos de acessibilidade arquitetônica foi apontada, em algumas situações, como resultado da dificuldade de se obter junto à municipalidade investimento para a adequação dos imóveis onde estão instalados os cartórios, que, por vezes, são antigos e carecem de melhorias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa, portanto, além de apontar fragilidades quanto ao tema da acessibilidade e inclusão, trouxe uma valiosa gama de informações para as Unidades que tratam da acessibilidade e inclusão no âmbito da Justiça Eleitoral Paulista. Esse método de consulta oportuniza a identificação da realidade de cada Cartório Eleitoral do Estado de São Paulo.

Constatou-se que diversas medidas precisarão ser tomadas, como a ampliação de programas de conscientização, capacitação e educação inclusiva, tanto para o público interno quanto para o externo, busca por parcerias com os proprietários dos imóveis em que estão instalados os cartórios do interior, bem como tratativas e convênios com a municipalidade local, tanto do interior quanto da capital, buscando melhorias quanto às instalações físicas, entre outras ações que serão futuramente colocadas na pauta de discussão da alta administração da instituição.

Os dados aqui colhidos servirão também como base consistente de dados, a fim de auxiliar nos estudos para a aplicação, e consequente monitoramento, da Política de Acessibilidade e Inclusão do TRE-SP, que se encontra em processo de aprovação, proporcionando, assim, maior chance de êxito no alcance dos princípios, objetivos e diretrizes que nela constam.

Por fim, cabe dizer que os resultados da presente pesquisa subsidiarão os estudos com o intuito de traçar planos e ações, que poderão compor a definição de metas e objetivos do planejamento estratégico institucional do ano subsequente.